



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/05/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	3
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4 - 5
3.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	6 - 7
3.3. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	8 - 9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. JUÍZES.....	10
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DECISÕES.....	11
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. COMARCAS.....	12
6.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	13
6.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	14
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. COMARCAS.....	15
7.2. JUÍZES.....	16
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. JUÍZES.....	17 - 18

TJMA RECEBE DENÚNCIA CONTRA PREFEITO DE COELHO NETO, SOLINEY SILVA



O prefeito de Coelho Neto, Soliney Silva, responderá a ação criminal pelo crime de roubo, conforme decisão unânime da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do do Maranhão (TJMA), que recebeu denúncia do Ministério Público do Estado (MP) contra o gestor municipal.

O MP relatou que Soliney Silva – na época em que ainda não era prefeito – capitaneava um protesto contra a Prefeitura Municipal. Quando o movimento chegou à barreira policial, o denunciado mandou os policiais abrirem espaço para a manifestação. Como o comandante do efetivo da PM, sargento José Pereira da Silva, não o atendeu. Soliney Silva afrontou o militar, desacatando-o.

Ao perceber que estava sendo filmado, Soliney Silva dirigiu-se até Antonia Maria de Medeiros Silva arrancou de suas mãos a câmera filmadora, puxou com violência a máquina fotográfica que estava à tiracolo, causando-lhe uma lesão no pescoço. Em seguida, ele subtraiu os referidos equipamentos, caracterizando prática do crime de roubo previsto no artigo 157, do Código Penal.

DESEMBARGADOR FROZ SOBRINHO RECEBE HOMENAGEM DO TRT-MA

O desembargador Froz Sobrinho foi agraciado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT/MA) com a Medalha da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho. A homenagem ocorreu em solenidade no auditório Juiz Ari Rocha, na última segunda-feira (12), como parte da programação comemorativa dos 25 anos do TRT-MA.

"A comenda é importante tanto para o Tribunal de Justiça do Maranhão como para o Tribunal Regional Eleitoral que, no exercício das suas funções institucionais, prestam relevantes serviços à Justiça do Trabalho. Agradeço ao desembargador James Magno Araújo Farias (vice-presidente e corregedor do TRT-MA no exercício da presidência), pela indicação para a concessão da comenda", disse o homenageado. Froz Sobrinho afirmou que o TRT tem sido um parceiro importante em várias atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça, a exemplo do trabalho pela reinserção social de apenados.

Polinter prende foragido da Justiça no Santa Cruz

A Polícia Interestadual (Polinter) recapturou o elemento Wagner Costa Cantanhede, de 42 anos, que estava foragido há cerca de dois meses do Sistema Penitenciário. Ele foi detido com base em informações repassadas pelo Disque Denúncia (3223 5800), na manhã de ontem (14), no bairro de Santa Cruz. De acordo com informações do delegado, titular da Polinter, Paulo Márcio Tavares, Wagner é condenado pelo crime roubo e ainda responde à Justiça por tráfico de entorpecentes. Segundo levantamentos da polícia, ele estava foragido há cerca de dois meses de uma unidade prisional do Complexo de Pedrinhas.

A polícia apurou que ele cumpria condicional e deveria retornar ao sistema regularmente, mas há dois meses não comparecia. Dessa forma, a juíza da 1ª Vara de Execuções Penais, Ana Maria Almeida Vieira expediu o mandado de prisão do acusado. Em posse de informações do Disque Denúncia, a equipe de captura da Polinter efetuou a prisão de Wagner na Rua Nossa Senhora da Conceição, no Santa Cruz. Ele foi levado para a delegacia, onde foram lavrados procedimentos policiais, e em seguida, retornou ao Sistema Penitenciário.

POLÍCIA

103 novos agentes penitenciários irão atuar no sistema prisional do MA

Todos participaram da solenidade que marcou o encerramento do Curso de Formação, promovido pelas Sejap e de Administração Penitenciária (Sejap) e de Gestão e Previdência (Segep), na noite desta terça-feira, no Palácio Henrique de La Rocque. - PAG.08

Sejap forma 103 novos agentes para atuar no sistema prisional



Novos agentes participam da solenidade de formatura

O sistema penitenciário do Maranhão terá um incremento de 103 novos agentes penitenciários aprovados em concurso. Todos participaram da solenidade que marcou o encerramento do Curso de Formação, promovido pelas Secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e de Administração Penitenciária (Sejap) e de Gestão e Previdência (Segep), na noite desta terça-feira, no Palácio Henrique de La Rocque.

O curso de formação é a última etapa do concurso realizado no ano passado e o número de formandos representa um incremento de mais de 100% nas vagas previstas no edital, que era 41 vagas. As aulas aconteceram durante dois meses e meio e incluíram módulos de teoria e prática nos quais os participantes adquiriram conhecimentos necessários para o engajamento no trabalho que visa

melhorar a realidade nos presídios no Maranhão.

Do total de formandos, 12 são mulheres e, como os homens, também se comprometeram a contribuir nas ações de ressocialização dos apenados dentro do sistema penitenciário do estado. A solenidade de formatura foi presidida pelo secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

"Todos os novos agentes penitenciários estarão nomeados em, no máximo, 30 dias, quando todo o processo estará finalizado. Os 20 primeiros colocados serão submetidos a um curso avançado de gestão penitenciária para que, no futuro, possam atuar como diretores de presídio, haja vista a ampliação do número de unidades prisionais no estado do Maranhão", afirmou Sebastião Uchôa, agradecendo a todos os formandos pelo em-

penho e dedicação durante as aulas.

Para o adjunto de Justiça da Sejap, Kécio Rabêlo, o trabalho do agente penitenciário é muito importante na sociedade. Ele frisou que, atualmente, no sistema prisional estão sendo priorizadas as ações de ressocialização. "Que esse entusiasmo dos formandos seja um incentivo para que eles, em seu trabalho, possam realmente cuidar do homem e de sua dignidade, pois o objetivo maior é a reinserção do detento na sociedade", disse.

Participaram do evento o deputado estadual Roberto Costa, presidente da Comissão de Segurança, da Assembleia Legislativa do Maranhão; o secretário adjunto de Administração Penitenciária, Leonardo Pereira Júnior e o ex-secretário de Estado de Gestão e Previdência do Maranhão, Fábio Gondim.

Aprovados - O curso teve início no dia 24 de fevereiro e os alunos cumpriram aulas em 24 disciplinas, além do estágio curricular obrigatório. Agora, eles esperam o momento de colocar o conhecimento que aprenderam em prática.

Aprovada no concurso, Silmara Batista, de 23 anos, afirmou estar alegre com a formatura. "Não foi um curso fácil, mas valeu à pena, devido a tudo o que aprendemos. Eu me sinto feliz e preparada. Foi o meu primeiro concurso de nível superior e assim o fiz pensando também na questão da estabilidade financeira, além do fato de ver a profissão com bons olhos".

Outro aprovado, Silvan Garcia,

34 anos, disse que o esforço está sendo recompensado. "O fato de você passar em um concurso público é bastante gratificante e eu espero poder dar o melhor de mim para honrar a profissão", afirmou.

Mais investimentos - O secretário Uchôa destacou ações desenvolvidas em parceria pelo Governo do Estado, Ministério da Justiça e demais órgãos, visando à resolução do problema carcerário no estado. Assinalou que o Comitê de Gestão Integrada, presidido pela governadora Roseana Sarney, trabalha ações estruturantes visando à resolução dos problemas no sistema carcerário, com a participação efetiva de representantes das três esferas do Poder - Executivo, Legislativo e Judiciário -, incluindo Ministério da Justiça, Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, secretarias e outros órgãos.

Alguns avanços, reconhecidos pelo Ministério da Justiça, já estão sendo contabilizados, como a construção de novas unidades prisionais - duas obras de construção serão finalizadas no mês de maio, em Coroatá e São Luís; a intensificação do programa de ressocialização, com ações para atualização de documentos e capacitação profissional; e a implementação de um sistema de dados único para compilar as informações de todos os órgãos no estado, facilitando o acesso aos dados dos presos em todas as unidades do estado.

Mutirão de Transação Penal alcança 70% de acordos em dois dias



O Mutirão de Transação Penal, realizado pelo 1º Juizado Especial Criminal de São Luís, já resultou em 70% de acordo nas 48 audiências realizadas apenas nos dois primeiros dias.- PAG. 02

Mutirão de Transação Penal alcança 70% de acordos em dois dias

O Mutirão de Transação Penal, realizado pelo 1º Juizado Especial Criminal de São Luís, já resultou em 70% de acordo nas 48 audiências realizadas apenas nos dois primeiros dias. Durante o mutirão, que acontece no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), autores de infrações penais de menor potencial ofensivo firmam acordo no e resolvem em definitivo a questão, antes mesmo do caso se tornar um processo judicial. A ação prossegue até esta quinta-feira (15).

A juíza Diva Maria de Barros Mendes, que responde pela unidade judiciária, explica que os juizados são órgãos que resolvem os delitos de menor potencial ofensivo, cujas penas não ultrapassem a dois anos de prisão. Segundo a magistrada, a lei estabelece como uma das formas de solução a transação penal. Nesses casos, o Ministério Público propõe ao autor do fato, desde que cumpra os requisitos estabelecidos na Lei 9099/95, o pagamento de prestação pecuniária. Caso não haja acordo, o promotor de justiça oferecerá a denúncia e o autor passa a responder um processo judicial, tornando-se réu.

"Aceitei a proposta apresentada pelo promotor e vou pagar R\$ 100,00 para ver logo esse problema resolvido", disse uma

comerciante da Vila Luizão, apontada por desacatar dois policiais militares que faziam patrulha no bairro. Os policiais também vão responder a procedimento no juizado, por abuso de autoridade. Eles foram acusados de agredir 11 moradores que comemoravam o aniversário de quatro pessoas em um bar e também de deter a comerciante que foi levada na vitatura policial para uma delegacia no Cohatrac, durante a madrugada.

Segundo a legislação que dispõe sobre os Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95), o órgão busca, sempre que possível, a conciliação ou a transação. "O objetivo é a pacificação social", disse o promotor de Justiça Carlos César Lindoso. O representante do Ministério Público ressalta que a transação penal evita a abertura de um processo judicial, não gera antecedentes criminais, nem resulta na confissão do autor do fato. Significa apenas, ao firmar o acordo, que o autor não quer dar continuidade à ação.

Conforme a condição financeira do autor do fato, o Ministério Público determina o valor a ser pago, independente da aceitação da vítima. A quantia é depositada na conta judicial do juizado, que repassará a uma instituição social conveniada



Juíza Diva Maria e promotor Carlos Lindoso conduzem o mutirão com a unidade.

Para a juíza Diva Maria de Barros, os mutirões de transação penal evitam a judicialização de crimes de menor potencial ofensivo e ajudam a reduzir a demanda crescente de procedimentos criminais enviados pelas delegacias de polícia aos juizados. São infrações como lesões leves, desacato, ameaças, calúnia e difamação, acidente de trânsito, maus tratos, entre outros. Atualmente, o juizado conta com 813 processos em tramitação

Quem também compareceu ao 1º Juizado Criminal de São Luís, nesta quarta-feira (14), para o Mutirão de Transação Penal, foi o vendedor G.L., morador da Vila Luizão, demandado no juizado por desacato a policiais militares. Ele conta que chegava a sua re-

sidência em uma motocicleta e foi abordado pelos policiais que pediram os documentos do veículo para verificação. Sem o IPVA em dia, ele teve o veículo levado para o pátio do Detran, mas antes discutiu com os policiais, desacatando-os. O vendedor aceitou a proposta do Ministério Público e pagará R\$ 100,00, sendo o valor destinado a instituições beneficentes selecionadas pelo juizado. O benefício da transação penal só pode ser concedido à mesma pessoa uma única vez dentro de cinco anos.

Para o último dia do mutirão, nesta quinta-feira (15), estão agendadas 22 audiências, começando às 8h. Ao todo, foram marcadas 90 audiências para os quatro dias do mutirão.

JUSTIÇA DETERMINA QUE EMPRESA RECUPERE CALÇADÃO DA AVENIDA LITORÂNEA



A Prefeitura de São Luís recebeu posicionamento favorável da Justiça diante da exigência dos serviços de reconstrução do calçamento da extensão da Avenida Litorânea. - PAG.06

Justiça determina que empresa recupere calçadão

A Prefeitura de São Luís recebeu posicionamento favorável da Justiça diante da exigência dos serviços de reconstrução do calçamento da extensão da Avenida Litorânea. O pedido foi deferido pelo juiz Cícero Dias de Sousa Filho, titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, à Procuradoria Geral do Município (PGM).

A determinação judicial obriga a construtora a iniciar as obras de reparo em 15 dias, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil. O contrato no valor de mais de R\$ 143 milhões previa a execução de obras e serviços de plano funcional viário. Contudo, durante fiscalização do Município, foi constatada que as obras de proteção costeira no trecho do prolongamento da Litorânea estão comprometidas.

Para o Procurador Geral do Município, Marcos Braid, a medida representa a preservação do interesse público. "Essa obrigação decorre



A determinação judicial obriga a construtora a iniciar as obras de reparo em 15 dias

de lei, uma vez que tanto o Código Civil como a Lei de Licitações estabelecem regras claras sobre a responsabilidade de empresas contratadas pelo Poder Público. Assim, mais uma vez estão preservados os interesses dos cidadãos de São Luís", declarou.

A empresa foi notificada pelo Município em fevereiro

deste ano, para realizar os reparos necessários. Porém, os serviços não foram realizados com o argumento de que os vícios não decorreram da execução e dos materiais empregados. Ao deferir a liminar nesta terça-feira, o juiz Cícero Dias de Sousa Filho afirmou que assiste plena razão ao Município.

No texto da decisão jurídica,

é explicitado que a contratada é responsável pela execução, devendo reparar ou reconstruir às suas expensas os defeitos resultantes da construção de materiais empregados. Também foi ressaltado que a responsabilidade de reparo ou construção é assegurada, no mínimo, por cinco anos após a entrega da obra.

Bloqueio

O bloqueio dos acessos ao município de São José de Ribamar na manhã de ontem impossibilitou a chegada dos magistrados ao termo judiciário da Comarca da Ilha. Por causa da ausência dos juízes, as audiências agendadas para ontem foram suspensas e serão remarçadas para datas a ser posteriormente definidas. Além dos

magistrados, parte dos servidores também foi impedida de chegar ao Fórum. Apesar do número reduzido de servidores, o expediente foi normal na unidade, com o atendimento às partes e aos advogados. O bloqueio se deu em razão de manifestações ocorridas nos trechos próximos ao Posto Maracajá e à Estrada do Iguaíba.

Reajuste de plano de saúde por mudança de faixa etária de idoso é abusivo

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reconheceu como abusiva uma cláusula contratual do plano de saúde da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), que reajustou a mensalidade de uma cliente em 67,11% quando ela completou 60 anos de idade.

O entendimento unânime do órgão colegiado foi de que o Estatuto do Idoso veda a discriminação nos planos de saúde pela cobrança diferenciada em razão da idade. A seguradora terá que restituir os valores pagos a mais pela segurada.

A cliente do plano recorreu ao TJMA contra decisão de primeira instância que julgou improcedentes os pedidos feitos por ela numa ação declaratória de nulidade da

cláusula contratual. A seguradora também reivindicou a restituição em dobro dos valores pagos a mais, além de indenização por danos morais.

A Cassi defendeu a legalidade do reajuste por mudança de faixa etária, previsto em cláusula do contrato celebrado e em obediência aos regulamentos da Agência Nacional de Saúde (ANS). Sustentou que as disposições do Estatuto do Idoso não incidem na hipótese, pelo fato de o contrato ter sido assinado antes da vigência da lei.

ABUSIVA – O desembargador Ricardo Duailibe (relator) enfatizou que a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é firme no sentido de que é abusiva a cláusula contratual que prevê o reajuste da mensalidade de plano de saúde com base ex-

clusivamente em mudança de faixa etária, sendo irrelevante que o contrato tenha sido celebrado antes da vigência do Estatuto do Idoso, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei nº. 9.656/98 - dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

Em análise dos documentos, o relator observou que a fatura cobrada em janeiro de 2004 foi de R\$ 246,77, enquanto a de fevereiro do mesmo ano passou a ser de R\$ 412,39, exclusivamente em razão da mudança de faixa etária.

Duailibe disse que, embora as variações de percentuais para efeito de classificação das faixas etárias estivessem previstas no contrato de adesão, o reajuste foi fundado exclusivamente no fato de a seguradora ter alcançado os 60

anos, idade em que adquiriu a condição jurídica de idosa, não estando, pois, sujeita ao reajuste estipulado no contrato.

O relator acrescentou que a Cassi também não comprovou a existência de autorização específica da ANS que permitisse o aumento nos valores a serem pagos. Entretanto, entendeu que a conduta da administradora do plano de saúde não foi motivada por má-fé, já que a variação estava prevista em contrato. Da mesma forma, não verificou a configuração de indenização a título de danos morais.

Os desembargadores Maria das Graças Duarte (revisora) e Raimundo Barros acompanharam o voto do relator, que reconheceu apenas a abusividade da cláusula contratual.

CAMPANHA



Nao desvie o olhar.

Fique atento. Denuncie.

PROTEJA
nossas crianças e
adolescentes da violência.

Procure o Conselho Tutelar ou disque 100

Uma campanha a ser deflagrada no próximo dia 28, pela 3ª Vara da Comarca de Balsas, tem o objetivo de combater o abuso sexual infanto-juvenil. Com o título "Denunciar é Proteger", a ação tem como público-alvo os educadores da rede pública de ensino e inicialmente acontecerá no Município de Nova Colinas, termo judiciário de Balsas. Os trabalhos serão coordenados pela juíza Nirvana Barroso, que pretende estender a ação para outros termos e para a sede da comarca.

'ABUSO ZERO'

O objetivo do evento é estimular o registro de denúncias dos casos de abusos contra crianças e adolescentes, de modo a prevenir a ocorrência e reincidência, dando maior visibilidade ao tema no ambiente escolar e auxiliando os educadores no processo de identificação de sinais que sugiram a ocorrência do crime. "Queremos sensibilizar os educadores quanto à criminalização do abuso sexual infanto-juvenil, mostrar que a pessoa que cala permite que outra pessoa seja destruída", diz a juíza.

SOLENIDADE

Sejap forma 103 novos agentes penitenciários

O sistema penitenciário do Maranhão terá um incremento de 103 novos agentes penitenciários aprovados em concurso. Todos participaram da solenidade que marcou o encerramento do Curso de Formação, promovido pelas Secretarias de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e de Administração Penitenciária (Sejap) e de Gestão e Previdência (Segep), na noite desta terça-feira, no Palácio Henrique de La Rocque.

O curso de formação é a última etapa do concurso realizado no ano passado e o número de formandos representa um incremento de mais de 100% nas vagas previstas no edital, que era 41 vagas. As aulas aconteceram durante dois meses e meio e incluíram módulos de teoria e prática nos quais os participantes adquiriram conhecimentos necessários para o engajamento no trabalho que visa melhorar a realidade nos presídios no Maranhão.

Do total de formandos, 12 são mulheres e, como os homens, também se comprometeram a contribuir nas ações de ressocialização dos apenados dentro do sistema penitenciário do estado. A solenidade de formatura foi presidida pelo secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

APROVADOS - O curso teve início no dia 24 de fevereiro e os alunos cumpriram aulas em 24 disciplinas, além do estágio curricular obrigatório. Agora, eles esperam o momento de colocar o conhecimento que aprenderam em prática.

Aprovada no concurso, Silmara Batista, de 23 anos, afirmou estar alegre com a formatura. "Não foi um curso fácil, mas valeu à pena, devido a tudo o que aprendemos. Eu me sinto feliz e preparada. Foi o meu pri-

meiro concurso de nível superior e assim o fiz pensando também na questão da estabilidade financeira, além do fato de ver a profissão com bons olhos".

Outro aprovado, Silvan Garcia, 34 anos, disse que o esforço está sendo recompensado. "O fato de você passar em um concurso público é bastante gratificante e eu espero poder dar o melhor de mim para honrar a profissão", afirmou.

MAIS INVESTIMENTOS - O secretário Uchôa destacou ações desenvolvidas em parceria pelo Governo do Estado, Ministério da Justiça e demais órgãos, visando à resolução do problema carcerário no estado. Assinalou que o Comitê de Gestão Integrada, presidido pela governadora Roseana Sarney, trabalha ações estruturantes visando à resolução dos problemas no sistema carcerário, com a participação efetiva de representantes das três esferas do Poder - Executivo, Legislativo e Judiciário -, incluindo Ministério da Justiça, Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal, secretarias e outros órgãos.

Alguns avanços, reconhecidos pelo Ministério da Justiça, já estão sendo contabilizados, como a construção de novas unidades prisionais - duas obras de construção serão finalizadas no mês de maio, em Coroatá e São Luís; a intensificação do programa de ressocialização, com ações para atualização de documentos e capacitação profissional; e a implementação de um sistema de dados único para compilar as informações de todos os órgãos no estado, facilitando o acesso aos dados dos presos em todas as unidades do estado.



O parlamentar encaminhou ofício à Petrobrás nesta terça-feira

MUTIRÃO

O Mutirão de Transação Penal, realizado pelo 1º Juizado Especial Criminal de São Luís, já resultou em 70% de acordo nas 48 audiências realizadas apenas nos dois primeiros dias. Durante o mutirão, que acontece no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), autores de infrações penais de menor potencial ofensivo firmam acordo no e resolvem em definitivo a questão, antes mesmo do caso se tornar um processo judicial. A ação prossegue até esta quinta-feira (15).

Justiça promove campanha para combater abuso sexual infanto-juvenil em Balsas

Uma campanha a ser deflagrada no próximo dia 28, pela 3ª Vara da Comarca de Balsas, tem o objetivo de combater o abuso sexual infanto-juvenil. Com o título "Denunciar é Proteger", a ação tem como público-alvo os educadores da rede pública de ensino e inicialmente acontecerá no Município de Nova Colinas, termo judiciário de Balsas. Os tra-

balhos serão coordenados pela juíza Nirvana Barroso, que pretende estender a ação para outros termos e para a sede da comarca.

O objetivo do evento é estimular o registro de denúncias dos casos de abusos contra crianças e adolescentes, de modo a prevenir a ocorrência e reincidência, dando maior visibilidade ao tema no ambien-

te escolar e auxiliando os educadores no processo de identificação de sinais que sugiram a ocorrência do crime. "Queremos sensibilizar os educadores quanto à criminalização do abuso sexual infanto-juvenil, mostrar que a pessoa que cala permite que outra pessoa seja destruída", diz a juíza.

"O abuso sexual infanto-juvenil é um fenômeno

social mundial e foi constatado que nas cidades menores há uma espécie de pacto do silêncio em relação ao assunto. O objetivo do projeto é romper com esse silêncio e estimular o aumento das denúncias, para que os agressores possam ser responsabilizados pelo crime cometido", esclarece Nirvana.

Polícia

Polícia Civil prende quadrilha de assaltantes em Bacabal

Uma ação coordenada pela Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI) com apoio da 16ª Delegacia Regional de Bacabal e a Delegacia de São Mateus culminou com a prisão de três assaltantes que agiam naquela região.

O delegado Carlos Alessandro Assis, titular da 16ª Delegacia Regional de Bacabal, informou que há alguns dias a quadrilha estava sendo monitorada pela Polícia Civil, com base em denúncias anônimas.

O delegado de São Mateus, José Henrique Rodrigues de Sousa, então representou pela busca e apreensão na residência

em que os suspeitos estavam homiziados, localizada à Rua Benu Lago, no centro da cidade. A ordem judicial foi expedida na tarde da última terça-feira (13) pelo juiz titular da Comarca de São Mateus, Marco Aurélio Barreto Marques.

No local, os policiais prenderam Adriano Cabral Fernandes, de 27 anos, natural de Açailândia; Rodrigo Silva de Lima, 25, natural de Lago da Pedra; e David Santos Silva, 31, conhecido como "Bebezão", natural de Imperatriz. Os policiais apreenderam uma balança de precisão.

O delegado Carlos Alessandro informou que os três

já têm passagens pelo Complexo Penitenciário de Pedrinhas pelo crime de roubo. Adriano Cabral Fernandes era foragido de Pedreiras.

O trio foi encaminhado à delegacia do município de São Mateus. Durante o interrogatório, os suspeitos relataram que locaram a residência há um mês e confessaram que o objetivo deles no município era praticar assaltos a estabelecimentos comerciais e residências.

Os policiais frustraram duas ações criminosas do bando. Os suspeitos relataram que estavam se organizando para roubar um posto de combustível e um comércio da cidade na noite em

que foram presos.

Os três foram autuados em flagrante delito por formação de quadrilha. Adriano Cabral Fernandes foi autuado também por falsidade ideológica, pois tinha se identificado com o nome de André Rodrigues. O procedimento foi lavrado pelo delegado José Henrique Rodrigues de Sousa.

Os autuados serão recambiados para o Centro de Triagem de Pedrinhas. O delegado Carlos Alessandro informou ainda que dois integrantes da quadrilha estão foragidos. Eles já foram identificados. Equipes continuam realizando diligências a fim de localizar os suspeitos.

- O bloqueio dos acessos ao município de Ribamar, ontem, impossibilitou a chegada dos magistrados ao termo judiciário da Comarca da Ilha. Em função da ausência dos juízes, as audiências agendadas para esta data foram suspensas e serão remarçadas para datas a ser posteriormente definidas.

- Além dos magistrados, parte dos servidores foi impedida de chegar ao Fórum. Apesar do número reduzido de servidores, o expediente foi normal na unidade, bem como atendimento às partes e aos advogados.

- O bloqueio se deu em razão de manifestações populares ocorridas nos trechos próximos ao Posto Maracajá e Estrada do Iguaíba.

Lei

Veja só: a juíza Denise Cysneiro Milhomem, titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Inês, determinou que o Banco do Brasil cumpra a lei local que estabelece atendimento em até 20 minutos em dias normais e em até 30 minutos quando se tratar de véspera ou após feriados prolongados...

Multa

...A referida lei vale para os dias de pagamentos de servidores públicos municipais, estaduais e federais, e nos dias de vencimento de recolhimento de tributos municipais, estaduais e federais. A multa para o descumprimento ficou fixada em R\$ 1.000,00.